

Alguém vai ter de pagar o carro

MILTON FRIEDMAN DISSE QUE NÃO HÁ ALMOÇO GRÁTIS. NEM AUTOMÓVEL DE MINISTRO DO SUPREMO

CARLOS A. SARDENBERG

O Supremo Tribunal Federal sacou mais rápido. Lideranças da base governista (PSDB, PFL e PMDB) começaram a falar que o ajuste de contas públicas estava feito, que o superávit exigido no acordo com o FMI era exagerado, que era preciso gastar mais com os pobres, quando o STF já foi logo garantindo o carro novo de seu presidente, Carlos Velloso.

Não que o ministro do Supremo seja pobre – não pelo menos segundo padrões objetivos brasileiros. Um juiz do STF ganha R\$ 10.800 por mês, o que dá uns R\$ 140 mil por ano – equivalente a umas 30 vezes a renda per capita brasileira. Tem algumas mordomias e, se o juiz fizer um extra no Superior Tribunal Eleitoral, ganha mais uns R\$ 2 mil por mês.

Para comparar: um juiz da Suprema Corte dos Estados Unidos, com US\$ 12 mil/mês, ganha o equivalente a cinco vezes a renda per capita nacional. E não tem aposentadoria integral.

Também não se quer dizer que a decisão do STF, de considerar inconstitucional a cobrança de contribuição previdenciária dos servidores inativos e o aumento da contribuição dos ativos, teve objetivos pessoais. Ocorre que o próprio ministro Velloso, ao levantar o argumento jurídico de que o aumento da contribuição seria um confisco, citou seu caso. Com o aumento do desconto que ele sofreria, não teria como continuar pagando a prestação do carro – ou seja, sofreria um confisco inconstitucional de carro. Não vai sofrer mais.

De todo modo, o que interessa aqui é notar que, implicitamente, o STF agiu segundo a mesma interpretação expressa por líderes da base aliada – que o acordo com o

FMI, ao exigir que o governo faça um superávit nas suas contas básicas, impõe um sacrifício ao País.

De fato, é um sacrifício. Para fazer um superávit o programa de ajuste aumenta impostos, dinheiro que a sociedade poderia estar utilizando em investimentos produtivos, e corta gastos públicos.

Mas, se fosse possível um superávit menor, o melhor alívio para o País seria uma redução de receitas, isto é, redução dos impostos cobrados dos cidadãos e das empresas.

Mas não era nisso que os líderes políticos estavam pensando. Eles estão querendo reduzir o superávit pela aumento dos gastos. Aham que a clientela

eleitoral prefere isso a pagar menos impostos.

Nisso, o STF foi pelo lado certo. Sua decisão, em tese, cortou receita do governo – as contribuições adicionais que seriam pagas pelos servidores federais. Mas, infelizmente, é a receita errada.

De todas as medidas do ajuste fiscal, essa da contribuição dos servidores era a única que mordida na jugular. O maior buraco nas contas públicas está no déficit previdenciário da União. Os servidores da ativa, pagando 11% de seus vencimentos, contribuem com R\$ 3,7 bilhões, neste ano. Mas o governo vai pagar aos quase 1 milhão de aposentados e pensionistas (viúvas e filhas de servidores) R\$ 23,2 bilhões. Dá um déficit previdenciário de R\$ 19,4 bilhões.

Aumentando as contribuições dos ativos que ganham mais de R\$ 1.200 e passando a cobrar dos inativos, o governo cobriria uma parte muito pequena desse buraco. Mas estabelecerá um bom princípio: parte da conta começava a ser paga diretamente pelos beneficiários dela. Ora, foi justamente essa receita que o STF cortou. Prejuízo econômico.

Além disso, essa decisão fez aumentar as dúvidas sobre a possibilidade política de o governo continuar mantendo o ajuste de contas. Quando a Suprema Corte ignora a situação econômica do País e defende vantagens de uma elite – os funcionários mais bem pagos – isso indica uma enorme resistência institucional às reformas do setor público.

Nesse ambiente, com os mercados caindo e a desconfiança aumentando, não dá mais para pensar em renegociar o superávit com o FMI. Ao contrário, o governo tem de ser mais xiita no ajuste, jurar que faz o saldo custe o que custar. Ou seja, caiu a receita esperada das contribuições, mas os compromissos ficaram. Vai ter de cortar outros gastos e aumentar o imposto pago por todos.

Milton Friedman disse: “Não há almoço grátis.” Nem carro.

Na semana passada, dizíamos aqui que a incipiente recuperação da economia brasileira poderia ser atrapalhada ou por uma crise externa, ou por uma crise política doméstica que reduzisse a capacidade do governo de avançar com o ajuste.

A decisão do STF é um grave obstáculo à reforma do se-

tor público, tem impacto negativo nas expectativas. Para superar isso o governo precisa demonstrar que tem disposição e condições objetivas de prosseguir com o ajuste. No curto prazo, porém, isso depende de uma combinação de aumento de impostos e corte de gastos – o que piora a qualidade do ajuste, já baseado em impostos excessivos e ruins, e num momento em que os serviços públicos essenciais, educação, saúde, assistência, já estão a pão e água.

Isso reduz a expectativa quanto a um ajuste de boa qualidade, com menos impostos e gastos mais bem distribuídos, inclusive entre os servidores. É preciso ressaltar: os principais beneficiários da decisão do STF estão na elite do funcionalismo, não nos que prestam serviço ao público.

A médica no posto de saúde e o professor na sala de aula continuam ganhando mal. Mas, à medida que o funcionário se aproxima dos gabinetes de Brasília, vai melhorando o salário. E a aposentadoria. Há uma desigualdade de tratamento entre os aposentados do INSS e os do setor público – e neste há enormes desigualdades entre os funcionários de serviço e os de gabinete.

A aposentadoria média do funcionário do Executivo federal (R\$ 1.740) é sete vezes maior que a aposentaria média do INSS. Mas a aposentadoria média do funcionário do Congresso é quase quatro vezes maior que a do colega do Executivo.

Quatro conclusões: 1) ao contrário do que pensam políticos da base governista e o STF, o País precisa de mais e não de menos ajuste; 2) o ajuste precisa ser de melhor qualidade; 3) o governo já arrecada o bastante, porém de pessoas e empresas erradas; 4) o governo já gasta o bastante, mas não com os mais pobres.

